

Empoderamento local mediante comunhão de conhecimentos “comunidade local-academia”: o caso da comunidade pesqueira de Itapuã, Salvador-BA.

Juliane L. F. dos Santos¹; Ana Maria R. de Almeida²

¹ Graduanda em Oceanografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); ² Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História, Filosofia e Ensino de Ciências Biológicas e doutoranda em Plant Biology pela University of Califórnia, Berkeley (UBC).
julianelfs@gmail.com

RESUMO

A Zona Costeira pode ser considerada uma zona de múltiplos usos, pois ao longo da sua extensão são desenvolvidas variadas atividades humanas e formas de ocupação do solo. Entre essas atividades, a pesca constitui uma atividade sensivelmente importante em termos sócio-econômicos. Praticada com pouca tecnologia, a pesca artesanal sustenta milhares de famílias, urbanas e rurais que, por sua vez, possuem conhecimentos empíricos de envergadura sobre os recursos pesqueiros e hídricos da região em que vivem. No entanto, na maioria dos casos, essas comunidades pesqueiras são deixadas à margem das discussões de gestão do espaço costeiro. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi estabelecer o diálogo de saberes “comunidade local-academia” na compreensão da área de pesca da comunidade pesqueira de Itapuã, a partir da demanda apresentada pela comunidade que buscava maior compreensão sobre os processos de degradação da sua área de pesca, dentre os quais, os possíveis efeitos de dois emissários submarinos localizados na região. A delimitação da área de pesca da comunidade por meio de mapas mentais construídos pelos pescadores revelou que a comunidade pesqueira de Itapuã possui uma área de pesca que não se restringe apenas ao litoral desse local, englobando, por exemplo, a área de influência dos emissários submarinos das empresas CETRAL E MILLENNIUM. Por este motivo, os relatórios de monitoramento ambiental foram solicitados aos órgãos competentes - o Instituto do Meio Ambiente (IMA), e CETREL S.A. - de modo que a apresentação e análise participativa desses relatórios constituiriam uma das etapas deste trabalho. Contudo os relatórios não foram disponibilizados por nenhum dos órgãos mencionados,

demonstrando como muitas vezes um conhecimento de interesse público acaba enclausurado em órgãos públicos e privado. Assim, este trabalho revela que o diálogo “comunidade–academia” deve, ainda, ser ampliado, pois depende, neste caso, de múltiplos interlocutores.

INTRODUÇÃO

A Zona Costeira, considerada pela Constituição Federal Brasileira como um patrimônio nacional, é frequentemente definida como um sistema ambiental formado pela interação entre o continente, o oceano e a atmosfera. Tal conformação lhe confere atributos peculiares e particular situação geográfica, sendo, também, uma zona de múltiplos usos, pois ao longo da sua extensão são desenvolvidas variadas atividades humanas e formas de ocupação do solo.

Entre essas atividades, a pesca constitui uma atividade sensivelmente importante em termos sócio-econômicos. Praticada com pouca tecnologia, a pesca artesanal sustenta milhares de famílias, urbanas e rurais. Todavia, a ocupação desordenada e a utilização não-planejada do litoral vêm resultando na destruição desses espaços, assim como dos processos sócio-culturais a eles associados.

Diversos trabalhos já demonstraram que as comunidades pesqueiras possuem conhecimentos empíricos de envergadura sobre os recursos pesqueiros e hídricos da região em que vivem. Por exemplo, Souto e Marques (2010), em um estudo sobre a comunidade de pescadores do Distrito de Acupe, em Santo Amaro – BA, analisaram o etnoconhecimento desses pescadores sobre as interações tróficas dos principais recursos utilizados na pesca em Acupe. Esse trabalho resultou num corpo consistente de conhecimentos possuído por pescadores e marisqueiras da região sobre ecologia trófica, por vezes compatíveis com os conhecimentos acadêmicos.

Nesse sentido, essas comunidades deveriam ocupar uma posição estratégica nas políticas locais de gestão costeira. Sob esta ótica, essas comunidades passam a assumir uma posição ativa, onde a participação do conhecimento e da cosmovisão locais são peças fundamentais das iniciativas de gestão do espaço costeiro. No entanto, na maioria

dos casos, essas comunidades são deixadas à margem dessas discussões, na maioria das vezes por serem pessoas iletradas e que vivem afastadas dos centros onde as decisões políticas são tomadas (DIEGUES, 1998). Segundo Baily (apud DIEGUES, 1998), um exemplo disto é que os resultados decorrentes da maioria dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e estudos para o estabelecimento de áreas protegidas não levam em consideração o ponto de vista das comunidades tradicionais que vivem nas áreas em questão.

Em um quadro urbano, a comunidade pesqueira de Itapuã, estabelecida há mais de um século, é um claro exemplo do impacto resultante da pressão de ocupação e uso desordenado do litoral. Sua história é marcada por uma crescente especulação imobiliária, resultado do avanço das frentes de urbanização da cidade de Salvador. O pescador que antes realizava pesca e agricultura de subsistência, viu-se limitado em espaço e, agora, voltado completamente para o mar. Por outro lado, muitos pescadores foram obrigados a abandonar suas práticas de pesca para buscar alternativas de renda na cidade em função da degradação ambiental que tem levado a escassez do pescado.

Nesse contexto, partimos do pressuposto de que o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento local é uma ferramenta essencial no processo de empoderamento da comunidade local. Contudo, é importante ressaltar que o conhecimento técnico-científico produzido pela comunidade acadêmica é geralmente priorizado na tomada de decisões ao longo do processo de gestão costeira, enquanto o conhecimento local é visto como infundado, credence, senso comum. Desse modo, para que as comunidades tradicionais tenham uma participação ativa neste processo é fundamental considerar não apenas seu ponto de vista, mas valorizá-lo, promovendo-se assim, um diálogo em que os interlocutores ocupem uma posição de igual para igual.

O presente trabalho partiu de uma demanda apresentada pela comunidade pesqueira de Itapuã que buscava maior compreensão sobre os processos de degradação da área de pesca utilizada pela comunidade, dentre os quais, os possíveis efeitos de dois emissários submarinos localizados na região.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi estabelecer o diálogo de saberes “comunidade local-academia” na compreensão da área de pesca da comunidade

pesqueira de Itapuã. Para tanto, buscou-se entender a organização social formal e não-formal da comunidade pesqueira de Itapuã em torno da pesca; reconstruir a visão dos pescadores sobre o ambiente pesqueiro, identificando suas formas de manejo e uso dos recursos, e; transferir conhecimentos específicos de oceanografia que pudessem auxiliar a comunidade no enfrentamento das demandas identificadas.

METODOLOGIA

Este trabalho consistiu-se de três etapas. A primeira delas configurou-se pela realização de 14 entrevistas semi-estruturadas com pescadores escolhidos aleatoriamente na Colônia Z-6. Após consentimento informado de cada pescador entrevistado, as entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tratadas por meio da técnica de análise categórica (Bardin 1991). Vale aqui ressaltar que, durante cada entrevista, os pescadores foram convidados a construir um mapa mental dos principais pontos de pesca. No primeiro momento, a construção dos mapas mentais foi realizada individualmente, ou em pares, sempre atrelado ao processo de entrevista.

Na segunda etapa, a área de pesca foi mapeada em conjunto pelos pescadores, durante oficinas realizadas na comunidade. Os mapas individuais construídos na primeira etapa foram posteriormente contrastados ao mapa coletivo.

A terceira etapa levou em consideração o conhecimento técnico-científico a respeito da área de pesca. Dessa forma, buscou-se arrecadar o maior número de trabalhos técnico-científicos sobre a região, mas principalmente os relatórios de monitoramento ambiental dos emissários submarinos das empresas MILLENNIUM e CETREL S.A, realizados anualmente pela CETREL S.A na plataforma continental a nordeste de Salvador, numa área com aproximadamente 12,5 km entre os rios Joanes e Jacuípe.

É importante ressaltar que essas etapas em muitos momentos ocorreram de forma simultânea. Ainda, realizamos observação participante ao longo de todo período de trabalho (um ano), durante o qual realizamos pelo menos duas visitas semanais a comunidade.

3.1 A comunidade pesqueira de Itapuã

A comunidade de pescadores de Itapuã é uma das mais antigas de Salvador. Os pescadores contam que ela existe a mais de dois séculos. Atualmente os pescadores de Itapuã estão organizados através da Colônia Z-6, com cerca de 2800 pescadores cadastrados.

Ao percorrer a orla de Itapuã observa-se dois espaços físicos designados como Colônia Z-6, o primeiro localizado no final da Av. Otávio Mangabeira, na Rua Engenheiro Aristides Milton (Figura 1, ponto 1), e o segundo, localizado na Rua da Música (ou Rua K), próxima ao Farol de Itapuã (Figura 1, ponto 2). A distância entre esses dois espaços é de poucos quilômetros e uma representação dessa área pode ser observada na imagem abaixo.

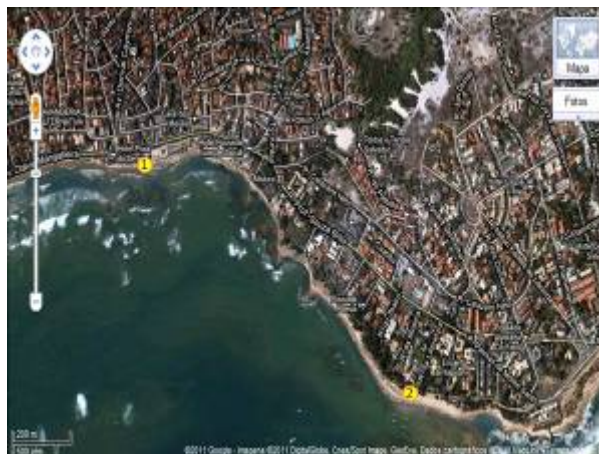


Figura 1: Imagem do trecho da orla marítima de Itapuã onde estão localizados os espaços físicos da Colônia Z-6 (pontos 1 e 2 destacados na imagem pelos nos círculos amarelos). Fonte: Google Maps.

Nesse primeiro espaço, está localizada a Sede da Colônia, um ponto de venda de pescado e uma área de descanso para pequenas embarcações (canoas) que ficam escoradas próximo à calçada. No segundo espaço, que conta com uma infra-estrutura um pouco maior em relação ao primeiro, estão a Associação de Pescadores e a Cooperativa de Pescadores da Z-6 e uma região de praia mais abrigada, onde os barcos ficam ancorados.

Assim, em virtude dessa organização física da comunidade e em decorrência do contato estabelecido inicialmente com os pescadores localizados nesse segundo espaço, o objeto de estudo desta pesquisa configurou-se como o grupo de pescadores da Colônia Z-6 vinculados a Associação e a Cooperativa de Pesca da comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias de análise foram construídas de duas maneiras, estabelecendo-se, inicialmente, categorias pré-definidas. Essas, num segundo momento, foram re-analisadas e re-estruturadas, com o decorrer das análises, resultando no seguinte conjunto de categorias: *comunidade pesqueira* – apresentando uma descrição das relações de poder dentro da comunidade pesqueira e a relação dos pescadores com as diferentes organizações locais; *área de pesca* – visando mapear o perímetro da área utilizada para a pesca, a sua utilização diferencial ao longo do ano e outras formas de uso feitas pela comunidade de pescadores da Z-6; *modos de pesca* – buscando caracterizar as principais formas de pesca e a sua utilização relacionada aos diferentes pescados ou diferentes regiões da área de pesca, e; *conhecimento etnoecológico a respeito dos processos oceânicos* – buscando compreender as representações da pesca dessa comunidade, bem como as causas e conseqüências dos fenômenos oceânicos relacionados à pesca que permeiam o universo dos pescadores.

A comunidade pesqueira de Itapuã é bastante antiga. Os relatos dos pescadores revelaram que a comunidade existe a mais de um século. Devido à proximidade, a expansão urbana de Salvador, e a relação que os pescadores têm com a cidade, ela pode ser considerada uma comunidade pesqueira urbana, mas que ainda preserva modos de pesca tradicionais, baseados, sobretudo na pesca com linha e com rede. Verificamos, também, que Colônia Z-6 possui relações sociais complexas, estruturadas em torno de três organizações locais (Colônia Z-6, Associação dos Pescadores e a Cooperativa de Pescadores) e que essas relações influenciam diretamente os aspectos econômicos relacionados à pesca na comunidade.

A maioria dos pescadores entrevistados (64%) relatou não possuir embarcação própria, de modo que são estabelecidos acordos de pesca para o uso das embarcações disponíveis. A maioria dos entrevistados relatou pescar na companhia de 1 a 4 pescadores, dividindo-se igualmente as despesas (geralmente o combustível, isca e gelo) e a taxa do aluguel da embarcação, que é paga ao proprietário em dinheiro ou com uma parte do que foi pescado. Os pescadores vinculados à Associação pescam com aqueles que fazem parte da mesma organização, assim como o proprietário da embarcação. Do mesmo modo, o pescado é vendido na peixaria da Associação. A mesma relação ocorre entre os pescadores vinculados à Cooperativa.

O mapeamento da área de pesca resultou na construção do polígono de pesca utilizado pela comunidade, que somado as informações obtidas através da análise da categoria *área de pesca* nos permitiu conhecer ainda os modos e a frequência de uso dessa área. O modo como os pescadores utilizam a área de pesca da comunidade é baseado na marcação de pesqueiros, que pode ser entendido como pontos de grande produtividade. A forte correlação entre os mapas individuais construídos pelos entrevistados e aquele construído em grupo durante as oficinas (Figura 2 e 3), demonstrou que o conhecimento sobre a localização dos pesqueiros é difundido e preservado pela comunidade.



Figura 2 (à esquerda) e Figura 3 (à direita): Pescadores construindo os mapas da área de pesca da comunidade.

Através desse polígono verificamos que a área de pesca da comunidade de Itapuã não se restringe apenas ao litoral desse local, estendendo-se tanto a nordeste quanto a sudoeste da mesma. Os mapas mentais revelaram como limite a nordeste o litoral de Subaúma (Litoral Norte da Bahia) e a sudoeste o litoral do bairro do Rio Vermelho, em Salvador-BA (Figura 4 e 5). Além disso, verificamos que a frequência de uso dos pesqueiros, assim como o tipo de pescado, varia, sobretudo com a época do ano.

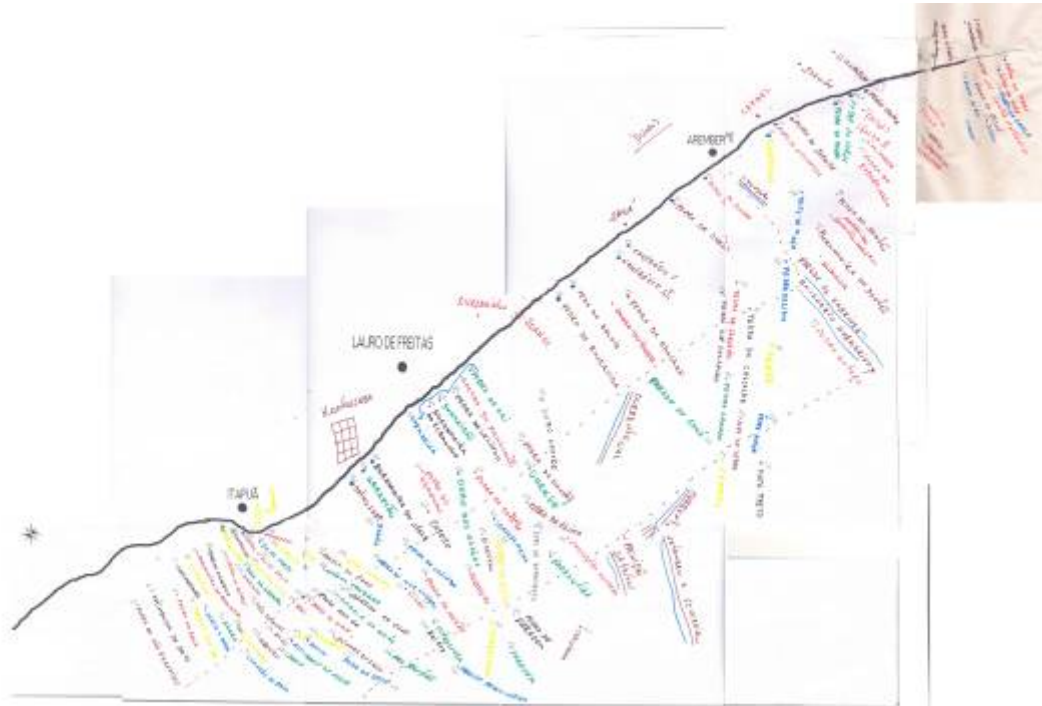


Figura 4: Mapa da área de pesca produzido durante oficina.



Figura 5: Imagem correspondente ao litoral representado no Mapa construído pelos pescadores. Fonte: Google Earth.

No verão, a maioria dos pescadores tende a se deslocar na direção nordeste e os pescados mais mencionados como capturados nessa época durante as entrevistas foram: o dourado, atum, cavala, lagosta e o vermelho ‘verdadeiro’ (capturado em profundidade). No inverno eles tendem a utilizar os pesqueiros mais próximos a Itapuã, podendo se deslocar até o litoral do Rio Vermelho. Os pescados mais mencionados foram: dentão, cioba, badejo, vermelho e o olho-de-boi.

Essa percepção dos eventos sazonais dos ventos e reversão das correntes na região foi bastante enfatizada quando questionados sobre o comportamento do mar de Itapuã. Foi unânime a descrição de que a ‘maré desce’ no verão, referindo-se ao seu deslocamento para sudoeste, e ‘sobe’ no inverno, referindo-se ao seu deslocamento para nordeste. Lima (2008), ao caracterizar oceanograficamente a plataforma continental na região sob influência dos emissários submarinos da CETRAL E MILLENNIUM verificou padrão de circulação semelhante. Isso demonstra como o conhecimento empírico dos pescadores artesanais são por vezes compatíveis com os conhecimentos acadêmicos não apenas nos aspectos biológicos do ambiente marinho, como demonstraram Souto e Marques (2010), mas também em seus aspectos físicos.

Por outro lado, em diversas entrevistas, os pescadores mencionaram ver, na água do mar, um material em suspensão que eles disseram sair das descargas dos emissários. Esse material é descrito por alguns como “uma mancha amarela que vem com a maré”, ou como uma “sujeira amarela que gruda na linha, na rede e até no corpo quando se mergulha”, prejudicando a pesca.

Em virtude dessas colocações, foi realizada a solicitação dos relatórios de monitoramento ambiental aos órgãos competentes - o Instituto do Meio Ambiente (IMA), antigo Centro de Recursos Ambientais (CRA), e CETREL S.A. - de modo que a apresentação e análise participativa desses relatórios constituiriam a terceira etapa deste trabalho.

A partir da análise até aqui realizada e comparando as Figuras 4, 5 é possível afirmar que área de pesca desta comunidade de pescadores engloba e ultrapassa a área de influência dos emissários submarinos. Lima (2008) define como limites da região

sob influência dos emissários submarinos da CETRAL E MILLENNIUM a plataforma continental à nordeste de Salvador, com aproximadamente 12,5 km entre os rios Joanes e Jacuípe.

Assim, para a solicitação destes relatórios, partiu-se do pressuposto que, ao se apropriarem do conhecimento sobre como o monitoramento dos emissários era realizado, os pescadores poderiam participar de forma mais ativa do processo de monitoramento. Desse modo, eles poderiam estar mais embasados para reivindicar, por exemplo, análises mais detalhadas e esclarecimentos acerca dos fenômenos que eles têm percebido como prejudiciais à sua atividade e consideram resultantes das descargas desses emissários. Contudo os relatórios não foram disponibilizados por nenhum dos órgãos mencionados, demonstrando como muitas vezes um conhecimento que é de interesse e direito da sociedade como um todo permanece enclausurado em órgãos públicos e privado.

CONCLUSÕES

Os pescadores de Itapuã constituem uma comunidade urbana que mantém a prática da pesca artesanal.

A delimitação da área de pesca da comunidade por meio de mapas mentais construídos pelos pescadores revelou que a comunidade pesqueira de Itapuã possui uma área de pesca que não se restringe apenas ao litoral desse local. Comparado à área de influência dos emissários submarinos das empresas CETRAL E MILLENNIUM, ela englobada e até mesmo ultrapassada pela área de pesca da comunidade.

Embora tenham participado desta pesquisa apenas pescadores vinculados à Associação e à Cooperativa de Pesca, a forma como o conhecimento sobre a localização dos pesqueiros é difundido e preservado por esse grupo de pescadores é um forte indício de que esse conhecimento possa ser assim difundido por toda comunidade. Contudo, ressalta-se aqui que essa fragmentação pode ter influenciado nossas análises sobre a comunidade ao limitar, por exemplo, nosso entendimento sobre as causas que levaram

a essa divisão e sobre como essas três organizações dialogam entre si no contexto da representatividade da Colônia Z-6 na Federação de Pescadores.

A percepção desses pescadores sobre os eventos sazonais dos ventos e reversão das correntes na região, por exemplo, foi bastante compatível ao conhecimento acadêmico sobre os fenômenos em questão. Contudo, o conhecimento local não deve levado em consideração apenas quando equivalente ao conhecimento acadêmico, ambos devem ser reconhecidos como dois conjuntos de crenças distintos (acadêmico e local), porém não mutuamente exclusivos, que devem dialogar de forma justa principalmente durante a tomada de decisões que envolvem a gestão costeira.

Assim, este trabalho revela que o diálogo “comunidade–academia” deve, ainda, ser ampliado, pois depende, neste caso, de múltiplos interlocutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

DIEGUES, A. C. Environmental impact assessment: the point of view of artisanal fishermen communities in Brazil. **Ocean & Coastal Management**, Quebec, v. 39, 119 – 133, 1998.

LIMA, J.B. **Caracterização oceanográfica da plataforma continental na região sob influência dos emissários submarinos da Cetrel e Millennium**. 2008. 63f. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUTO, F. J. B. & MARQUES, J. G. W. “A vida do grande é comer o pequeno”: Conhecimento sobre interações tróficas por pescadores artesanais no Manguezal de Acupe, Santo Amaro, Bahia. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2, 2010.